Ata Número Quatro

Aos vinte e oito dias de Abril de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito e trinta horas, reuniu, no Salão Nobre da Assembleia Municipal e em sessão ordinária, conforme convocatória, a Assembleia de Freguesia de Viseu, presidida por António Fernando Mouga Lopes Ferreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

I-Período antes da Ordem do Dia:

1. Tempo destinado ao público.
2. Tomada de posse de novo membro por renúncia de membro eleito. (art.º 21, nº 3 do Regimento)
3. Recomposição da Mesa da Assembleia de Freguesia por eleição do 1º Secretário.
4. Aprovação das atas (e votos de louvor e de pesar anexos) das sessões ordinária de 30/12/2025 e extraordinária de 12/02/2026.
5. Assuntos de interesse para a Freguesia (nº 2 do artigo 34º do Regimento em vigor)

II-Período da Ordem do Dia:

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia (alínea e), nº 3 do artigo 11º do Regimento)
2. Análise da situação financeira da freguesia.
3. Apreciação, discussão e aprovação das Demonstrações Orçamentais Individuais de 2025.
4. Apreciação, discussão e aprovação de Alteração Modificativa por Crédito Especial - Integração do saldo orçamental de 2025.
5. Apreciação dos Processos de Avaliação de Desempenho.
6. Discussão do Relatório sobre o cumprimento do estatuto do direito de oposição.
7. Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia.
8. Outros assuntos.

Verificado o quórum necessário, deu-se início à sessão dando cumprimento à Ordem de Trabalhos.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Tempo destinado ao público: Dando cumprimento ao ponto um da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente abriu o período destinado à intervenção do público, com a duração máxima de trinta minutos e um período de inscrição de quinze minutos. Verificou-se que nenhum dos cidadãos presentes solicitou a palavra ou procedeu a qualquer inscrição, pelo que o Sr. Presidente deu por encerrado este ponto e passou de imediato ao seguinte.

2. Tomada de posse de novo membro por renúncia de membro eleito.

O Presidente da Mesa informou a Assembleia acerca da necessidade de uma pequena alteração à ordem de trabalhos para proceder à tomada de posse de dois novos membros, e não apenas

um como inicialmente previsto, em virtude de renúncias apresentadas. Assim, ao abrigo do artigo 21.º, n.º 3 do Regimento, foram chamadas as seguintes cidadãs:

- Anabela Martins Pereira Cunha, portadora do CC nº 8625857 que tomou posse em substituição do membro renunciante Manuel Teodósio Henriques.
- Maria Miguel de Castro Martins, portadora do CC nº 10994184 que tomou posse em substituição do membro renunciante Ana Maria Amaro Ferreira dos Santos.

O Senhor Presidente procedeu à necessária identificação e verificação de legitimidade, após o que declarou que ambas se encontravam devidamente empossadas para o exercício das suas funções com efeitos imediatos, considerando-se a Assembleia de Freguesia devidamente composta para prosseguir com os restantes pontos da ordem de trabalhos.

PONTO 3: Recomposição da Mesa da Assembleia de Freguesia por eleição do 1.º Secretário

Dando início ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa informou oficialmente a Assembleia de que a membro Maria de Lurdes Pina de Almeida apresentou a sua renúncia ao cargo de 1.ª Secretária da Mesa. Mais se esclareceu que o referido membro solicitou a sua desvinculação do grupo parlamentar do Partido Socialista (PS), passando a exercer o seu mandato na condição de membro independente (não inscrita). Foi concedida a palavra à renunciante para uma breve declaração de esclarecimento, tendo a mesma justificado a renúncia por considerar não existirem, no momento, "condições políticas e de confiança", bem como por uma questão de "coerência ética e política", atendendo a que tinha sido eleita para o cargo por proposta do referido grupo parlamentar. Dirigiu palavras de agradecimento ao Presidente da Mesa pela confiança e colaboração institucional, assegurando aos fregueses que continuará a exercer o seu mandato em defesa do interesse público e no estrito cumprimento do compromisso assumido no ato de posse. Por sua vez, o Senhor Presidente da Mesa manifestou o seu público agradecimento pelo trabalho desenvolvido e pela amizade demonstrada pelo membro cessante.

Dando seguimento aos trâmites legais e regimentais para a recomposição da Mesa, procedeu-se à eleição do novo 1.º Secretário através de voto secreto. O Presidente e os secretários confirmaram a existência de uma candidatura única ao cargo por parte da deputada do Partido Socialista Luísa Maria Coelho Leite e verificaram a urna, declarando-a vazia perante a Assembleia.

Procedeu-se à chamada nominal dos membros presentes para o exercício do direito de voto, tendo votado os seguintes deputados Luís Miguel Lopes Ferrão, Luísa Maria Coelho Leite, Luís António Lourenço Teles, Olga Maria do Amaral Lopes Pádua, Rui Manuel Pedrinho Martins, Ana Sofia de Jesus Rodrigues Sousa, Francisco José Oliveira Cunha Marques, Ana Maria Lopes Damião, Anabela Martins Pereira Cunha, Maria Miguel de Castro Martins, Fernando Alexandre de Almeida Esteves, David dos Santos Pinto, Fernando Oliveira Monteiro, Ana Cristina Costa, Manuela Dias e Abel António Antunes Ramos Boavida, seguidos dos membros da mesa.

Concluído o sufrágio, foram apurados 19 votos, tendo o Senhor Presidente solicitado o auxílio dos membros Maria Miguel de Castro Martins e Gonçalo Namorado para a contagem e leitura dos boletins. O resultado do escrutínio foi o seguinte:

- Votos a favor: 17.

- Votos contra: 2.

Face ao resultado, o Senhor Presidente declarou eleita para o cargo de 1.ª Secretária da Mesa o membro, Luísa Leite, que tomou posse e assumiu funções de imediato, ocupando o seu lugar na Mesa para o acompanhamento dos trabalhos e elaboração das respetivas notas. Os boletins de voto foram recolhidos para posterior arquivo.

PONTO 4: Aprovação das atas (e votos de louvor e de pesar anexos) das sessões ordinária de 30/12/2025 e extraordinária de 12/02/2026

Dando seguimento ao quarto ponto do período antes da ordem do dia, o Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia as atas relativas à sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025 e à sessão extraordinária de 12 de fevereiro de 2026, acompanhadas dos respetivos votos de louvor e de pesar anexos.

O Senhor Presidente começou por esclarecer que as atas haviam sido previamente enviadas a todos os membros da Assembleia para devida análise e conferência. Ato contínuo, questionou o plenário se algum dos membros pretendia apresentar qualquer reparo, correção ou nota aos documentos em apreço.

Verificando-se que não houve qualquer pedido de intervenção ou retificação por parte dos presentes, o Senhor Presidente submeteu os documentos a votação de forma individualizada:

1. Ata da sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025: Colocada à votação, incluindo os votos anexos, foi aprovada por unanimidade.
2. Ata da sessão extraordinária de 12 de fevereiro de 2026: Colocada à votação, incluindo os votos anexos, foi igualmente aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente registou a aprovação integral de ambas as atas e respetivos anexos, dando por concluído este ponto e prosseguindo para o assunto seguinte da ordem de trabalhos

PONTO 5: Assuntos de interesse para a Freguesia

No período destinado aos assuntos de interesse para a freguesia, as intervenções dos membros da Assembleia pautaram-se por um elevado sentido de fiscalização e pela apresentação de preocupações concretas da comunidade, conforme se resume e consta das intervenções anexas à presente ata:

Intervenções dos Grupos Parlamentares:

- Francisco Marques (PSD): Reafirmou o compromisso do seu grupo com uma fiscalização exigente, sublinhando que a responsabilidade da Assembleia é acrescida pelo facto de a oposição deter a maioria dos membros. Reforçou que a Junta de Freguesia, após aprovação de todos os documentos previsionais na assembleia anterior, tem todas as condições para executar o orçamento e o plano de atividades, ou seja, todas as medidas que propôs ao eleitorado, aceitando, no entanto, ser ainda prematuro tirar ilações. Criticou a atual gestão por, decorridos seis meses, continuar a utilizar uma rede social partidária para comunicações, em detrimento dos canais institucionais, e denunciou a impossibilidade de consulta de atas, editais e deliberações no site da Junta, o que considerou uma falha na transparência e no respeito pela autonomia da Freguesia.
- Ana Maria Damião (PSD): Invocando os 50 anos do 25 de abril, defendeu que a qualidade da democracia se testa na proximidade e na resolução de problemas. Alertou que a não

publicação das atas do executivo constitui uma falha grave nos deveres legais, comprometendo o escrutínio democrático e limitando o direito de oposição.

- Luís Ferrão (PS): Expôs problemas críticos de estacionamento abusivo na zona da Igreja Nova (em horários de culto e catequese) e na rotunda do Lanxeirão, solicitando uma postura preventiva das autoridades policiais. Alertou ainda para o impacto negativo no descanso dos moradores causado pelas cargas e descargas noturnas das grandes superfícies comerciais.
- Abel Boa Vida (Chega): Apontou falhas na manutenção do espaço público, como o crescimento de árvores que impedem a circulação nos passeios da Rua Mary Le Roi e o perigo na passadeira da Rua Carmindo Nogueira. Manifestou profunda preocupação com a insegurança noturna no centro histórico e denunciou uma situação de insalubridade no Centro Comercial Académico, onde espaços comerciais estarão a ser usados como dormitórios sem condições sanitárias.

Passou-se, seguidamente, à apresentação e Votação de Votos de Pesar, Louvor e Reconhecimento:

No âmbito das competências de reconhecimento desta Assembleia, foram apresentadas e detalhadas as seguintes propostas, cujos termos integrais fazem parte integrante da presente ata como anexos e serão comunicadas aos visados ou seus legais representantes:

1. Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Joaquim José Fidalgo de Freitas: proposto por Maria Miguel de Castro Martins (PSD), em homenagem ao ilustre médico psiquiatra e fundador da APPDA de Viseu, destacou o seu legado notável na saúde mental e no serviço público. Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.
2. Voto de Pesar pelo falecimento do Padre José de Seixas Néri: proposto por Maria Miguel de Castro Martins (PSD), sublinhou a sua dedicação como capelão hospitalar e o seu último gesto de altruísmo ao doar o corpo à investigação científica. Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.
3. Voto de Louvor aos "Ouriços de Viseu": proposto por Ana Sofia Sousa (PS), pela conquista do título de campeões das Séries Nacionais de Padel, garantindo a representação de Portugal em Sevilha e promovendo o nome de Viseu no desporto nacional e internacional. Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.
4. Voto de Reconhecimento Público ao Rancho Folclórico "As Cabacinhas de Santiago": proposto por Fernando Monteiro (PSD), por ocasião do seu 33.º Festival de Folclore e pelo inestimável contributo na preservação e divulgação das tradições etnográficas da comunidade desde 1989. Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.

No seguimento das intervenções anteriores, deu-se início ao período de Resposta e Esclarecimentos por parte do Presidente da Junta de Freguesia

O Sr. Presidente da Junta, em resposta às diversas intervenções, apresentou um conjunto detalhado de esclarecimentos e compromissos, estruturados da seguinte forma:

1. Gestão, Fiscalização e Relação com o Município:

- Papel da Oposição: Começou por felicitar a nova composição da Mesa e agradeceu as palavras do deputado Francisco Marques (PSD). Assumiu que o papel vigilante e fiscalizador da Assembleia é fundamental para ajudar a gerir e liderar, permitindo uma resolução mais rápida dos problemas da freguesia.

- Autonomia e Dependência Financeira: Relativamente à crítica sobre a "caixa de ressonância" municipal, esclareceu que existe uma dependência inevitável de dinheiros públicos e do Município para a execução de grandes obras e orçamentos, dado que as fontes de rendimento próprias da Junta são limitadas. Defendeu que as boas relações com a Câmara são o fruto necessário para a execução orçamental em benefício da população.

2. Transparência, Comunicação e Redes Sociais:

- Disponibilização de Atas e Editais: Admitiu que o gestor do site não foi célere na atualização da página para consulta de editais e atas. Como medida imediata, instruiu a secretaria para enviar por correio eletrónico, a todos os membros da Assembleia, todas as atas do executivo já na manhã do dia seguinte.

- Uso de Redes Sociais: Concordou que as comunicações institucionais devem ser neutras e institucionais, distinguindo-as das páginas pessoais ou partidárias. Informou que, assim que a nova página de internet (atualmente sob uma nova avença de serviço) estiver concluída, estas falhas de comunicação serão retificadas, esperando que tal aconteça antes da próxima sessão.

3. Espaço Público, Trânsito e Segurança:

- Estacionamento e Cargas/Descargas: Informou que a situação crítica na Igreja Nova já foi sinalizada junto da Polícia Municipal, existindo uma promessa de intervenção para o final dessa semana. Sobre as cargas e descargas noturnas dos supermercados, comprometeu-se a levar o assunto aos Vereadores competentes para tentar regulamentar horários que respeitem o descanso dos moradores.

- Manutenção Urbana: Confirmou ter reportado ao Vereador Pedro Ribeiro e a Miguel Pipa os problemas de mobilidade na Rua Mary Le Roi (obstrução por árvores) e o pedido de instalação de "almofadas" de redução de velocidade na Rua Carmindo Nogueira (junto à escola de Vildemoinhos) para aumentar a segurança das crianças.

- Segurança no Centro Histórico: Anunciou a inauguração de uma esquadra combinada (Polícia Municipal e PSP) na Praça Dom Duarte, visando apaziguar os ânimos noturnos e evitar a criminalidade em horários críticos.

- Insalubridade no Centro Comercial Académico: Instruiu a secretária para enviar, de imediato, uma comunicação ao condomínio do centro comercial e informar as autoridades policiais sobre as denúncias de utilização indevida do espaço.

4. Cultura e Votos de Reconhecimento:

- Apoio aos Agentes Culturais: Destacou o esforço da Junta em apoiar pequenos agentes locais (música, pintura, escultura), mantendo parcerias como a da Pousada de Viseu para exposições.

- Reconhecimento do Património: Associou-se aos votos de pesar e louvor aprovados, dando nota especial ao Rancho "As Cabacinhas de Santiago", sublinhando ser o único rancho folclórico que ainda resiste na freguesia, merecendo todo o apoio para a sua manutenção.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1: Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

Dando cumprimento ao ponto um da Ordem do Dia e nos termos da alínea e) do nº 3 do artigo 11º do Regimento, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia procedeu à apresentação detalhada da atividade do executivo apresentando dados estatísticos comparativos para fundamentar a realidade da freguesia, destacando o impacto da conjuntura económica mundial e o aumento do custo de vida na ação social:

- Indicadores de Apoio Social (Comparativo 2024/2025): Foram apresentados valores reais que evidenciam um aumento generalizado das necessidades: os apoios aos SMAS subiram de 500€ para 680€; o gás registou uma subida acentuada de 190€ para 770€; as despesas de farmácia mantiveram-se estáveis na ordem dos 1.000€; e o Cartão Dignitude teve um crescimento significativo de 4.000€ para 5.600€.

- Recursos Humanos e Social: Informou que a área social passou a ser acompanhada pelo vogal Alberto (ausente na sessão por se encontrar em Estremoz numa feira de artesanato), em substituição da funcionária Armanda, que cessou funções por iniciativa própria.

- Cultura e Educação: Destacou a realização de exposições de pintura (Florentina), escultura (Manuel Pinho), desenho (Francisco Costa) e de Carlos Almeida, bem como o lançamento do livro "A Vendedora de Flores" de José Rodrigues. Referiu a continuidade dos projetos "Sons em Alta Voltagem" e "Cidades com Rosto" e o apoio à deslocação de grupos de teatro a Famalicão. No âmbito escolar, reportou um investimento de 24.000€ em pequenas reparações e manutenção, valor superior aos 20.000€ do ano anterior, garantindo o funcionamento normal das escolas.

Interveio o Deputado Francisco Marques (PSD) reconhecendo o esforço, mas reiterando que a informação trimestral deve ser mais estruturada e menos superficial, solicitando especificamente que:

- A Assembleia seja informada detalhadamente sobre todos os contratos de delegação de competências, protocolos e acordos plurianuais celebrados, para que o órgão possa exercer o seu papel fiscalizador com base em dados concretos.

- Seja feita uma avaliação formal das duas edições do Mercado "Indo eu", considerando a recente alteração ao seu regulamento.

O Sr. Presidente da Junta respondeu ponto por ponto às questões levantadas, nos termos seguintes:

- Contratos e Transparência: Explicou que os contratos plurianuais (manutenção de polidesportivos, espaços verdes e software de gestão) são imperativos legais para serviços que ultrapassam um ano de duração. Comprometeu-se a incluir informação

sobre os vencedores dos concursos nos próximos reportes e relembrou que os protocolos com associações constam das atas do executivo enviadas para consulta.

- Mercado "Indo eu": Admitiu que a primeira edição foi condicionada pelo mau tempo, falhas na comunicação e a novidade das inscrições digitais. Já a segunda edição foi considerada um sucesso, com maior afluência e apoio logístico da Polícia Municipal no novo local.
- Mercado das Velharias: Revelou que existe uma intenção da Câmara Municipal em transferir a competência deste mercado para a Junta. Estão previstos dois testes no Parque da Cidade, uma vez que a realização na Praça Dom Duarte ou no Adro da Sé enfrenta dificuldades logísticas e objeções por parte da Diocese devido à realização de casamentos aos sábados de manhã.

PONTO 2: Análise da situação financeira da freguesia

Dando seguimento à Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra para proceder à exposição deste ponto, caracterizando a análise como sendo "bastante direta" e estritamente baseada nos dados contabilísticos fornecidos aos membros da Assembleia. Segundo o autarca, a informação financeira estruturou-se nos seguintes elementos:

- Quadros de Fluxos Financeiros: Tabelas detalhadas contendo os saldos, as receitas e as despesas registadas no período.
- Listagens de Terceiros: Informação pormenorizada sobre a relação com fornecedores e a situação de devedores, bem como os respetivos totais.

Diagnóstico Financeiro: Na sua avaliação qualitativa, o Presidente da Junta classificou a situação financeira da Freguesia de Viseu como "estável e positiva". Fez, no entanto, uma ressalva técnica quanto à temporalidade dos dados, esclarecendo que a documentação apresentada se encontrava já ligeiramente desatualizada, uma vez que tinha sido preparada com cerca de um mês de antecedência em relação à data da presente sessão ordinária.

Discussão e Conclusão: Após a apresentação do executivo, o Senhor Presidente da Mesa abriu o período de debate, questionando o plenário sobre a existência de dúvidas ou pedidos de esclarecimento adicionais sobre os números apresentados. Verificou-se que nenhum dos membros da Assembleia solicitou a palavra, registando-se a ausência total de questões ou objeções à informação prestada.

Face à inexistência de intervenções, o Senhor Presidente da Mesa considerou o ponto devidamente discutido e a informação financeira como apreciada pela Assembleia, dando por encerrado este ponto e passando de imediato ao seguinte.

PONTO 3: Apreciação, discussão e aprovação das demonstrações orçamentais individuais de 2025

O Presidente da Junta de Freguesia deu início a este ponto do período da ordem do dia recorrendo a apresentação digital de modo a facilitar a compreensão dos dados, assinalando que o documento oficial é extenso e inclui notas explicativas detalhadas por parte do contabilista. Foi reportado que o saldo de gerência apurado para transitar para o ano seguinte

é de aproximadamente 86.000 € (oitenta e seis mil euros), valor que resulta da diferença entre a receita e a despesa do ano de 2025. O executivo destacou um crescimento de dezasseis porcento na receita em comparação com o período homólogo, embora tenha sido acompanhado por um aumento proporcional na despesa. No detalhe da execução, mencionou que o saldo transitado de 2024 para 2025 foi de 216.000 € (duzentos e dezasseis mil euros). Relativamente à despesa de capital, o montante investido foi de cerca de 450.000 € (quatrocentos e cinquenta mil euros), sendo a maior fatia alocada a duas obras de relevo herdadas do executivo anterior, a requalificação do Bairro Lusitano e da Rua Cristóvão Moreira. As despesas correntes incluíram custos com pessoal (salários) e apoios a diversas instituições da freguesia através da rubrica de bens e serviços. Outro aspeto de grande relevância técnica abordado foi a transição para o novo modelo de contabilidade financeira, tendo o executivo explicado que, pelo facto de a despesa orçamental estar a atingir consecutivamente o patamar de um milhão de euros, se ter tornado obrigatória por lei a adoção deste novo sistema, o qual exige um rigor documental e de reporte superior ao modelo anterior. Estima-se que em 2026 o orçamento ultrapasse novamente este limite, pelo que a Junta já está a preparar os procedimentos administrativos para garantir total transparência e conformidade legal.

Após a apresentação feita pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, tomou a palavra o membro Luís Ferrão (PS) que pediu esclarecimentos específicos sobre os resultados financeiros da "Gala da Freguesia", nomeadamente, quanto ao valor exato das receitas e despesas do evento e o montante remanescente que seria libertado para o donativo à associação local Balsa Nova. Seguidamente, o membro Francisco Marques (PSD), começando por louvar a clareza do documento apresentado e o mérito do executivo em utilizar ferramentas multimédia, declarou que o seu grupo parlamentar votaria favoravelmente, uma vez que as contas apresentadas espelham fielmente a execução política e financeira do ano de 2025.

Respondendo a ambas as intervenções, o Presidente da Junta clarificou que o novo modelo de organização da Gala permitiu uma maior captação de investimento privado através de publicidade e patrocínios. Assim, os donativos privados somaram 73.720 € (setenta e três mil e setecentos e vinte euros), enquanto que a despesa total (que incluiu logística de som, alimentação e alojamento para os artistas) foi de 68.000 € (sessenta e oito mil euros), resultando num saldo positivo de cerca de 5.000 € (cinco mil euros), valor será convertido num donativo para a realização de uma vedação na Associação Balsa Nova. O executivo informou ainda que o processo aguarda a confirmação da medição do terreno pela Câmara Municipal, devido a uma imprecisão detetada nos registos atuais do imóvel.

Encerrado o debate, as demonstrações orçamentais individuais de 2025 foram submetidas a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade de todos os membros da Assembleia.

PONTO 4: Apreciação, discussão e aprovação de alteração modificativa por crédito especial (integração do saldo orçamental de 2025)

Explicando que este ponto incidiu sobre a aplicação do saldo de gerência de cerca de 86.000 € (oitenta e seis mil euros), o Executivo apresentou as seguintes prioridades:

1. Fonte de São Francisco: Requalificação de um projeto antigo, considerado a "porta de entrada" da cidade.
2. Caminho da Azenha: Reabilitação da zona de lazer e acesso à ciclovia/Quinta da Cruz, em coordenação com o município.

3. Parque de Marzovelos (25.000 €): Criação de uma zona verde com quiosque, sombras e um espaço dedicado a animais de estimação.

4. Eficiência e Poupança: Anunciou-se a rescisão de arrendamentos (loja na Miguel Bombarda e espaço nos Bombeiros), transferindo os serviços até então aí instalados para instalações municipais ou partilhadas, o que gerará uma poupança de 3.000 € (trê3s mil euros) até ao final do ano.

Terminada a intervenção do Sr. Presidente do Executivo, tomou a palavra o membro Francisco Marques (PSD) que valorizou a poupança nos arrendamentos mas questionou verbas para despesas de representação e órgãos autárquicos, declarando a abstenção do seu grupo. Interveio, seguidamente, o membro Lurdes Almeida (não inscrito), questionando o uso frequente da expressão "possibilidade de ocorrência" na justificação do crédito. Criticou o valor do apoio social (4.000 €), considerando-o simbólico perante as necessidades atuais e indagou ainda acerca de um possível erro de código na rubrica de manutenção de espaços verdes/públicos.

Terminadas as referidas intervenções, o Presidente da Junta de Freguesia explicou que o apoio social de 4.000 € é um apenas um acréscimo, elevando o total da rubrica para 24.000 € (vinte e quatro mil euros). Esclareceu, ainda, que o termo "possibilidade de ocorrência" é uma salvaguarda legal para que as verbas possam ser usadas conforme a necessidade. Sobre os órgãos autárquicos, referiu que os valores servem de "defesa" orçamental e cobrem alterações na estrutura de pessoal (como a saída de uma funcionária e a passagem de outra a meio tempo).

Posta à votação, a alteração modificativa em causa foi aprovada com os votos a favor dos Membros eleitos pelo PS (8 votos) e do Chega (2 votos), tendo-se abstido a deputada não inscrita Lurdes Almeida e o grupo parlamentar do PSD (8 votos).

PONTO 5: Apreciação dos Processos de Avaliação de Desempenho

Dando cumprimento ao quinto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia introduziu o tema da avaliação de desempenho dos trabalhadores da autarquia, solicitando à vogal Fernanda Almeida, responsável pela área dos Recursos Humanos, que procedesse à respetiva explicação técnica e fundamentação dos procedimentos adotados.

Interveio a Vogal Fernanda Almeida esclarecendo que, ao assumir funções, o atual executivo encontrou o processo de avaliação de desempenho relativo ao biénio 2023/2024, encerrado com data de 29 de outubro de 2025. Contudo, verificou-se que não haviam sido definidos os objetivos nem as competências para o ano de 2025, ano em que o sistema de avaliação (SIADAP) passou de bienal a anual. Face a esta omissão, o executivo procedeu aos seguintes trâmites de regularização:

- Criação de uma Comissão de Avaliação e envio de ofícios a todos os trabalhadores a explicar a impossibilidade técnica de efetuar uma avaliação baseada em objetivos não contratualizados.

- Aplicação do mecanismo de "arrastamento de nota" (relativa ao período 2023/2024) para seis trabalhadores que assim o solicitaram.

- Realização de avaliação por "ponderação curricular" para dois trabalhadores que haviam iniciado funções em janeiro de 2025 e que, por esse motivo, não possuíam avaliação anterior para arrastamento.
- Informou ainda que, para o ciclo de 2026, os objetivos e competências já foram devidamente definidos, contratualizados e entregues a todos os colaboradores, normalizando assim o processo.

No seguimento da anterior intervenção a Deputada Ana Damião (PSD) interveio registando com "surpresa" a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos da Assembleia, defendendo que tal matéria se enquadra predominantemente nas competências do órgão executivo e não do deliberativo. No entanto, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre a atuação do anterior executivo:

- Admitiu que o executivo anterior não definiu os objetivos para 2025 devido às substanciais alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 12/2024, que exigiam formação específica para os avaliadores.
- Sublinhou que ficou exarado em ata de reunião de executivo (29 de outubro de 2025) a intenção de utilizar precisamente os mecanismos de arrastamento de nota ou ponderação curricular para regularizar a situação de 2025, salvaguardando os direitos dos trabalhadores.
- Afirmou que o Grupo Parlamentar do PSD nada tem a opor aos procedimentos de regularização agora propostos, reiterando que em momento algum foi cometida qualquer irregularidade que prejudicasse as expectativas de progressão remuneratória ou de carreira dos funcionários.

O Presidente da Mesa, após verificar que não existiam mais pedidos de intervenção, recordou que este ponto era apenas para apreciação, não carecendo de votação formal. A Assembleia deu o processo como apreciado, seguindo-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.

PONTO 6: Discussão do relatório sobre o cumprimento do estatuto do direito da oposição

Dando cumprimento à Lei n.º 24/98, de 26 de maio, procedeu-se à apreciação do relatório anual sobre o cumprimento do estatuto do direito da oposição. O Senhor Presidente da Mesa questionou o executivo sobre se pretendia efetuar alguma intervenção ou aditamento ao documento previamente enviado aos membros da Assembleia.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra apenas para informar que o executivo remetia integralmente para o documento apresentado, por considerar que o mesmo espelhava fielmente o relacionamento institucional e o acesso à informação garantido às forças políticas da oposição durante o período em análise.

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa abriu o período de discussão ao plenário, questionando se algum dos grupos parlamentares pretendia solicitar esclarecimentos ou tecer considerações sobre o relatório. Verificando-se a inexistência de quaisquer intervenções ou pedidos de palavra, o Senhor Presidente deu o ponto por concluído, considerando o relatório como devidamente discutido e apreciado pela Assembleia.

PONTO 7: Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia

Este ponto foi alvo de um debate focado na organização metodológica e na eficácia dos trabalhos parlamentares, tendo sido apresentada uma proposta de novo regimento pela Mesa da Assembleia.

O Presidente da Mesa justificou a necessidade de um novo regimento para corrigir imprecisões do documento anterior, que se limitava a uma transcrição da Lei n.º 75/2013. Destacou como principal alteração a simplificação dos tempos de intervenção (Artigo 53.º, n.º 4), propondo um tempo limite genérico de 5 minutos para substituir as regras do atual Artigo 35.º, que considerou confusas e impraticáveis. Sublinhou ainda a introdução de um índice e uma melhor sistematização dos artigos para facilitar a consulta.

O deputado Fernando Esteves (PSD): reconheceu o esforço de robustez do documento (que conta com mais cerca de 20 a 30 artigos que o anterior), mas sugeriu que a sua discussão e aprovação fossem adiadas para a sessão ordinária de junho. Fundamentou a proposta na necessidade de um estudo mais aprofundado por parte dos deputados e no receio de que o novo texto pudesse criar lacunas quanto aos direitos dos deputados independentes (não inscritos) face à criação de novos grupos partidários. Propôs a criação de um grupo de trabalho intercalar para gerar uma "massa crítica" e um consenso alargado sobre o documento final. Após consulta aos restantes grupos parlamentares e verificada a concordância geral com a proposta de adiamento, o Presidente da Mesa deliberou:

1. Suspender a votação do regimento na presente sessão.
2. Criar uma Comissão de Trabalho para análise e redação final do documento, composta pelos deputados David Pinto (Chega), Luís Teles (PS), Fernando Esteves (PSD) e Lurdes Almeida (não inscrita))
3. A deputada independente, Lurdes Almeida, declarou concordar com a proposta atual da Mesa pese embora ter colaborado na elaboração do regimento a aprovar, anuiu em colaborar na comissão, reservando a sua posição para a votação final.
4. A coordenação dos trabalhos da comissão ficará a cargo do Presidente da Mesa, António Mouga Lopes, que agendará as reuniões preparatórias com vista à apresentação do documento final para aprovação na sessão de junho.

PONTO 8: Outros assuntos

No último ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa questionou os membros da Assembleia e o executivo sobre a existência de outros assuntos urgentes a tratar ou comunicações de última hora.

Não havendo mais nenhum assunto submetido à apreciação do plenário e esgotados todos os pontos previstos na convocatória, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos os membros, do executivo, da funcionária Lúcia e do público presente, dando por encerrada a sessão.